

MIGRANTES, IDENTIDADE E RACISMO: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DE DISCURSOS PARA INCENTIVAR A MIGRAÇÃO PARA OS “VAZIOS DEMOGRÁFICOS” DA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA

MIGRANTS, IDENTITY AND RACISM: A DISCUSSION BASED ON DISCOURSES TO ENCOURAGE THE MIGRATION TO “DEMOGRAPHIC VOIDS” IN BRAZILIAN LEGAL AMAZON

Natália Araújo de Oliveira ¹

Endereço Profissional:

E-mail: oliveira.natalia@outlook.com

Resumo: O artigo analisa o teor “raça” e identidade dos discursos propagados para a ocupação da Amazônia Legal Brasileira, com foco na cidade de Nova Xavantina (MT), por meio de uma pesquisa qualitativa que fez uso de entrevistas e observação. Como resultado, mostrou que migrantes foram alçados a heróis nacionais no projeto *Marcha para o Oeste*; as raízes “raciais” dos gaúchos foram usadas para incentivar suas migrações e os Xavante foram modelo de indígena no governo Vargas a obstáculo ao desenvolvimento durante a ditadura.

Palavras-chave: Raça; Identidade; Amazônia Legal Brasileira.

Abstract: The article analyzes the topics “race” and identity from speeches propagated for the occupation of the Brazilian Legal Amazon, focusing in Nova Xavantina (MT) town, through qualitative research with interview and observation. As a result, it showed that migrants were raised to national heroes in the March for the West project; the “racial” roots of the gauchos were used to stimulate their migrations and the Xavante went from an indigenous model in the Vargas government to an obstacle to development during a dictatorship.

Keyword: Race; Identity; Brazilian Legal Amazon.

¹ Bacharela em Turismo pela Universidade do Estado do Mato Grosso. Mestra em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Introdução

A expansão da fronteira agrícola brasileira foi realizada a partir de migrações estimuladas para os chamados “vazios demográficos” dos rincões nacionais. Vazios a partir de ideologias que desconsideraram a presença de indígenas, muito anterior nesses espaços. Para estimular essas migrações, discursos nacionalistas foram propagados e, com o objetivo discuti-los e analisar os componentes “raça” e identidade destes, o presente trabalho aborda as políticas de colonização para a região da Amazônia Legal Brasileira² (do governo Vargas à ditadura militar), a partir do caso de uma cidade do interior do Mato Grosso - Nova Xavantina.

Este município é fruto de políticas de colonização criadas pelo governo para expandir a fronteira agrícola nacional e, anterior a este contexto, já havia na região indígenas da etnia Xavante, que chegaram entre 1820 -1870. A partir da década de 1940, com a criação do projeto nacionalista *Marcha para o Oeste*, do presidente Vargas, chegaram à região migrantes (vindos principalmente do Nordeste ou ainda do estado limítrofe, Goiás) que posteriormente foram denominados *Pioneiros*. Já no governo militar, na década de 1970, gaúchos partiram do sul do país também para esta região em colonizações agrícolas incentivadas pelas políticas do governo.

Na migração dos integrantes da *Marcha para o Oeste* assim como na dos sulistas haviam discursos nacionalistas sendo proferidos para incentivar a migração. Estes utilizavam quesitos raciais e de identidade como marcadores para incentivar a migração. Os expedicionários da *Marcha para o Oeste* foram qualificados como heróis nacionais, novos bandeirantes que iriam ao interior do país cumprir a missão de desbravá-lo. Já os gaúchos migraram a partir de enunciações que afirmaram que somente eles, com seu *ethos* de trabalho, sua coragem e luta - que seria intrínseca por serem filhos de imigrantes -, levariam a civilização ao interior do país. Ademais, os Xavante³ já estavam há tempos na região e, para a ocupação dos seus territórios, estereótipos foram criados ou reforçados, como os que os colocam como índios bravos e guerreiros, porém, ao mesmo tempo, eles eram vistos como crianças que precisam da tutela do governo para se transformar em trabalhadores nacionais.

² A região denominada *Amazônia Legal Brasileira* é composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, parte do Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, e Tocantins. Sua delimitação não foi estabelecida a partir de aspectos biológicos, mas sim com base na organização e planejamento de políticas desenvolvimentistas.

³ Sigo a convenção etnográfica para a grafia dos nomes indígenas, definida durante a primeira reunião de Antropologia da Associação Brasileira de Antropologia em 1953. Desse modo, os nomes dos grupos indígenas se iniciarão com letra maiúscula e não terão flexão de gênero e de número.

Ao usar a cidade de Nova Xavantina como campo empírico, analiso não apenas os discursos dos governantes e responsáveis pela criação e gerenciamento das colonizações, mas também trago falas dos diretamente atingidos no processo, nordestinos e goianos que migraram a partir das políticas do governo Vargas, gaúchos que migraram nas políticas de colonização durante a ditadura e Xavante, atingidos por ambas as políticas e negligenciados em todas elas. Logo, esta é uma pesquisa qualitativa que fez uso da observação participante e de entrevistas como técnica de coletas.

A pesquisa de campo foi realizada entre os anos de 2006 a 2010 (realização de pesquisa de campo para o trabalho de conclusão de curso da graduação e do mestrado) e de 2013 a 2017 (durante a pesquisa de doutorado⁴). A análise dos dados foi baseada na análise temática⁵, na qual se verifica a recorrência dos dados nas entrevistas e, em seguida, se destaca os assuntos mais abordados pelos informantes.

Inicialmente o artigo traz o referencial teórico pertinente para uma discussão sobre os quesitos “raça” e identidade imbuídas em discursos proferidos para incentivar a migração. Em seguida, apresenta as discussões empíricas, separados pelos grupos aqui já apresentados - indígenas Xavante, Pioneiros (nordestinos e goianos) e Gaúchos, acrescidas de análises sobre a temática. Por fim, as considerações finais são apresentadas.

Etnicidade, racismo e identidade

Para iniciar uma discussão acerca de discursos racistas e estereotipados utilizados para incentivar a migração de grupos para a Amazônia Legal Brasileira é importante ressaltar que a perspectiva a ser adotada no trabalho parte de Jenkins⁶, quando o autor aponta a “raça” como uma forma específica de etnicidade, definida a partir da dominação sistemática de um grupo étnico por outro e resultante de um processo de categorização do grupo dominado como inferior.

Tratar o outro como inferior a partir de características raciais⁷ é estabelecer hierarquias de dominação e poder. Neste sentido, racismo é a dominação sistemática de

⁴ Na pesquisa do trabalho de conclusão de curso foram entrevistadas 16 pessoas, na de mestrado 22 e de doutorado 72 pessoas.

⁵ GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 64-89.

⁶ JENKINS, Richard. *Rethinking ethnicity: arguments and explorations*. London: Sage, 1997.

⁷ Biologicamente falando, raças não existem, não há uma hierarquia biológica que fundamenta diferenças entre grupos de pessoas. Todavia, é de praxe no senso comum essa assertiva. Raças são construções sociais, criadas a

um grupo étnico por outro, acompanhado por representações e ideologias que depreciam o povo subordinado, servido para justificar exploração ou exclusão material⁸.

Nesta perspectiva, o debate gira em torno de relações de poder e dominação e não apenas a partir de especificidades biológicas. Logo, as ideologias que são criadas para justificar dominações raciais podem incluir discursos que envolvam diferenças físicas, mas também são possíveis falas que se baseiem em supostas inferioridades culturais do grupo subjugado. Desse modo, como afirma Fredrickson⁹, o racismo origina-se de uma mentalidade que considera "eles" como diferente de "nós", de maneira que essas diferenças são pensadas permanentes e intransponíveis.

Analisar a raça como uma forma de etnicidade combinada com dominação, com o faz Jenkins¹⁰, permite refletir sobre o processo político da construção das identidades raciais. Lembrando ainda que a identidade é construída a partir das relações internas do grupo, isto é, pelos próprios integrantes, assim como é formada a partir da categorização que este grupo recebe¹¹. Além disso, como pontua French¹², as identidades estão interligadas às práticas culturais e as disposições legais, ou seja, as leis também podem desempenhar um papel no estabelecimento de novas categorias e possibilidades, assim como na conformação das identidades das pessoas que são afetadas por ela. No caso do presente trabalho, analiso as políticas de colonização criadas a partir de dispositivos legais e seus papéis na construção da identidade de grupos migrantes.

Monsma¹³ contribui com o debate ao discutir sobre a essencialização de um povo, isto é, a identificação de habilidades, comportamento e disposições do grupo, que supostamente são inerentes e duradouros, indo de uma geração a outra. O próprio grupo distribui a si qualidades que perpassariam gerações ao passo que os outros são sempre portadores de defeitos que também são supostamente intrínsecos e eternos. Dentro dessa perspectiva, os grupos racializam outros de maneira negativa e a si mesmos de forma positiva. São estas essencializações, realizadas em discursos que incentivavam migrações

partir de categorizações que percebem o outro como diferente e portador de características inferiores intrinsecamente ligadas ao grupo a que pertencem.

⁸ MONSMA, Karl Martin. Como pensar o racismo: o paradigma colonial e a abordagem da sociologia histórica. *Revista Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 53-82, 2017.

⁹ FREDRICKSON, George. *Racism: a short history*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

¹⁰ JENKINS, Richard. *Rethinking ethnicity: arguments and explorations*. *Op. cit.*

¹¹ *Ibidem*.

¹² FRENCH, Jan Hoffman. *Legalizing identities: becoming black or Indian in Brazil's Northeast*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2009.

¹³ MONSMA, Karl Martin. Racialização, racismo e mudança: um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição paulista. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal. *Anais eletrônicos [...] Natal, 2013*. Disponível em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364748564_ARQUIVO_Monsmatrabalho.pdf . Acesso em: 15 jan. 2014.

para a Amazônia Legal Brasileira e que colocavam um grupo como mais importante que o outro para ocupar uma determinada região, que serão discutidas ao longo do artigo.

Por fim, Miles¹⁴ afirma que o discurso racializado pode outorgar atributos negativos, positivos, ou ainda ambos. Potencialmente, populações imigrantes podem ser racializadas de tal forma que são avaliados como uma presença benéfica, como populações possuidoras de características que contribuem de maneira positiva com a nação. Um dos mais notáveis exemplos dessa forma de racialização ocorreu em consequência da Segunda Guerra Mundial, na qual foi necessária mão de obra estrangeira para trabalhar na Grã-Bretanha. Aqui também serão vistos exemplos desta racialização descrita como benéfica.

Findada a parte teórica, sigo com a contextualização empírica de Nova Xavantina acrescida das considerações pertinentes encontradas a partir das leituras e das entrevistas realizadas. Ressalto que a cronologia da chegada dos grupos em Nova Xavantina é respeitada a fim de facilitar o entendimento das políticas nacionais de colonização criadas pelo Estado brasileiro e os discursos nacionalistas disseminados.

Os Xavante, o Estado Novo e a ditadura militar

Xavante é um termo que denomina diversos grupos do cerrado brasileiro e, neste trabalho, falo dos Akuen-Xavante, localizados a oeste do rio das Mortes, no estado de Mato Grosso. Não se sabe muito sobre sua história antes de chegarem à região onde se localiza Nova Xavantina, é sabido apenas que até o início do século XIX eles viviam no norte de Goiás, entre o Tocantins e o Araguaia.

Segundo Giaccaria¹⁵ e Ravagnani¹⁶, desde o período em que viviam no norte de Goiás, em meados do século XVIII, os Xavante já eram vistos como aguerridos, indomáveis, ferozes, bárbaros, indóceis, sendo categorizados como não-civilizáveis. O militar Cunha Mattos, ao escrever¹⁷ sobre a população Xavante no período, afirmava que “montam os seus guerreiros a mais de 4.000, cruéis. traidores e covardes”¹⁸.

¹⁴ MILES, Robert. *Racism after "race relations"*. London: Routledge, 1993.

¹⁵ GIACCARIA, Bartolomeu. *Xavante ano 2000: reflexões pedagógicas e antropológicas*. Campo Grande: ECDB, 2000.

¹⁶ RAVAGNANI, Oswaldo. *A experiência Xavante com o mundo dos brancos*. Araraquara: UNESP, 1991.

¹⁷ Não há muitos relatos de encontros com este povo anterior a este momento, haja vista que, comenta Ravagnani (1991), no período de bandeiras exploratórias havia imprecisão do termo gentio, que não identificava nenhuma tribo.

¹⁸ MATTOS (1874) apud RAVAGNANI (1991), *ibidem*, p.. 27.

Sucessivas expedições militares, porém, conseguiram vencê-los e fixá-los em aldeias protegidas por guarnições militares, o que é considerado a primeira pacificação do grupo, ocorrida entre 1784 e 1788. A carta enviada pelo governador da capitania de Goiás Tristão da Cunha Menezes, ao relatar o momento de captura dos Xavante, mostra como os indígenas eram vistos:

Debaixo das ordens do novo Comandante [Alferes Miguel d'Arruda e Sá] continuou a nossa Bandeira a sua marcha até encontrar os bárbaros homicidas, que afincadamente regeitaram (sic) tôdas (sic) as propostas de paz; talvez que a lembrança dos seus crimes, que pediam alta vingança, os faria persuadir, que as nossas pacíficas e amigáveis proposições eram simuladas, e que só tinham por fim enganá-los, e traze-los (sic) às nossas mãos com mais facilidade, e mais segurança.

Contudo, este primeiro momento de aprisionamento foi curto e logo os Xavante conseguiram fugir dessas aldeias e partiram em direção ao Mato Grosso, o que teria ocorrido entre 1820 e 1870. Todavia, com a integração da região Centro-Oeste à economia nacional durante o governo Vargas, os não índios alcançaram os Xavante novamente.

Os indígenas se estabeleceram na região leste do novo estado e, por certo período, conseguiram não ser contatados, ainda que houvesse expedições religiosas procurando-os, interação que eles negavam e repudiavam com mortes (como a que ocorreu em 1934, quando os padres salesianos Sagilotti e Fughs foram mortos a bordunadas). Todavia, a transformação da região a partir de políticas de colonização fez mudar esse panorama.

Essas políticas começaram no governo Vargas, durante o Estado Novo (1937-1945), no projeto nacionalista Marcha para o Oeste, que tinha por objetivo lotear os chamados “imensos vazios do oeste” com migrantes para explorar economicamente a região¹⁹. Entretanto, para fazê-lo, era necessário se aproximar dos indígenas ainda não contatados, como os Xavante. Como explica Garfield²⁰ “bem no centro do território brasileiro havia um grupo indígena hostil, sem sentimento cívico ou ética de trabalho ‘apropriada’, que impedia a expansão e o desenvolvimento econômico do Oeste”.

É importante lembrar que Vargas iniciou uma era de valorização ao trabalho e ao trabalhador no Brasil, em uma “reabilitação” do seu papel e do seu lugar²¹. E, dentro dessa ótica de trabalho como algo positivo e que levava a cidadania, era impossível ter grupos

¹⁹ ESTERCI, Neide. O mito da democracia no país das Bandeiras. *Pesquisa antropológica*, Rio de Janeiro, n. 18, 1977.

²⁰ GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 13-42, 2000, p. 26.

²¹ GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: editora FGV, 1999, p. 53- 72.

selvagens que ignorassem esses valores nacionais. Logo, se fazia urgente contatar os Xavante.

Acerca desta relação entre os indígenas (em especial os Xavante) e o Estado Novo, Garfield²² explica que durante este período foi criado um projeto político e um discurso cultural a fim de dominar os grupos indígenas e seus territórios, por meio de uma política de acumulação de capital, povoamento e integração nacional da região Centro-Oeste. Por essa ótica, os índios eram classificados como matéria-prima, isto é, nobres selvagens e, ao mesmo tempo, deficientes mentais que precisavam de proteção e deveriam ser remodelados pelo Estado. Além de deficientes mentais, eram vistos como preguiçosos e incompetentes que precisavam de disciplina e civismo para aprender o significado do trabalho e para extinguir seu nomadismo. Por meio deste discurso é possível notar como o governo lançava mão de estereótipos raciais que subjugavam o indígena.

Garfield²³ explica que os indígenas eram colocados como progenitores da nacionalidade brasileira e, por isto, mereciam um local de honra no panteão nacional, contudo, ao serem considerados crianças com pouca capacidade mental, precisavam ser repreendidos. Assim, explica o autor²⁴, “como patrimônios culturais, os índios representavam um trunfo para a construção da nação; mas como vagabundos e rebeldes, constituíam um empecilho”. Neste sentido, o governo nacional entendia que a bravura indígena fortaleceria a nação e a mistura racial eliminaria o conflito social, lembrando o Brasil dizia ser o exemplo da democracia racial, política na qual a mistura racial era vista como algo positivo que havia transformado o Brasil em um país supostamente sem preconceitos.

Essa romantização do indígena encontrou grande apoio em Cândido Rondon, engenheiro do Exército que chefiava a Comissão das Linhas Estratégicas e que atuou como primeiro diretor do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) quando o órgão foi criado, em 1910. Em um discurso proferido em 1940, intitulado “Rumo ao Oeste”, Rondon enalteceu os índios e o inestimável papel que o Estado brasileiro desempenhava em sua integração, chamando-os de amigo, amante, guia e guerreiro e afirmando que estes haviam dado ao Brasil seu caráter nacional. Logo, a Marcha para Oeste possibilitaria à sociedade brasileira

²² GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para Oeste e os índios Xavante (1937-1988)*. São Paulo: UNESP. 2011.

²³ GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para Oeste e os índios Xavante (1937-1988)*. *Op. cit.*

²⁴ *Ibidem*, p. 18.

extrair dos índios ainda não contatados (isto é, não corrompidos) suas essências culturais: tolerância, cavalheirismo, orgulho e cooperativismo²⁵.

Essa idealização do Xavante mostra que há discursos racializam e estereotipam identidades de maneira positiva, tal como explicou Miles²⁶. Contudo, nesse caso, somente alguns aspectos da cultura indígenas eram positivos, isto é, somente o que foi idealizado como o indígena modelo deveria ser o símbolo do país. As características indígenas consideradas “de valor humano inferior” deveriam ser “varridas pra baixo do tapete” nacional.

Vale lembrar que Rondon - tal como vários cientistas e ideólogos do período -, era um positivista e evolucionista, que acreditava que os indígenas estavam no começo do estágio evolutivo, que iria do primitivismo ao racionalismo científico. O coronel chefe do SPI, Vicente de Paula Teixeira Vasconcelos, em relatório ao Ministro da Agricultura, em dezembro de 1939, registrava: “O regime que preconizamos, de evolução mental natural, sem nenhuma pressão sistemática sobre sua alma dará ao índio a capacidade de melhor aproveitar os dotes naturais da raça no que diz respeito às suas qualidades primordiais de caráter”²⁷.

Na criação da Marcha para Oeste estava o ideólogo Cassiano Ricardo²⁸, central na concepção deste projeto nacionalista. Ele também derramava elogios aos índios, afirmando que estes haviam ajudado a assentar as fundações da nação, ensinado os bandeirantes a viver no sertão e rompido as “distâncias raciais e sociais” por meio das relações sexuais entre os luso-brasileiros e as indígenas²⁹, ignorando o estupro e a escravidão que acometeram os índios do país.

Dentro deste contexto, os Xavante foram vistos pelo governo Vargas como um valioso recurso humano, pois “incorporavam o ideal das elites de uma essência indígena com suas contribuições potenciais para o então chamado caráter nacional brasileiro”³⁰, visto que eram valentes, nômades, não corrompidos e amazônicos. Pelo exposto, faz então sentido o que um jornal da época comentava: “Os Xavantes são os grandes índios do Brasil,

²⁵ Ibidem.

²⁶ MILES, Robert. *Racism after “race relations”*. *Op. cit.*

²⁷.Disponível em: <http://merciogomes.blogspot.com/2008/11/carlos-moreira-fala-de-ndios-e.html>. Acesso em 01 jun. 2020.

²⁸ Cassiano Ricardo foi jornalista, poeta, historiador e ensaísta. Participou dos grupos modernistas “Verde Amarelo” e “Anta” e se tornou um dos homens fortes do governo Vargas, atuando como um dos principais legitimadores do regime, na censura e na chamada “civilização” da cultura brasileira. Foi o diretor responsável pelo Jornal A Manhã (1941-1945) – órgão de propaganda do governo ligado diretamente à Presidência da República e também assumiu, em 1941, a chefia do Departamento Político Cultural da Rádio Nacional.

²⁹ RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social de política do Brasil*. 2ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942, vol. 1.

³⁰ GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Op. cit.* p. 26.

os índios realmente representativos, os índios que deveriam ser eleitos como o símbolo da raça nativa – ao invés da criação romântica de José de Alencar”³¹. Há a construção de um ideal de “raça” nativa brasileira, uma “raça” vista naquele momento como verdadeira por conter elementos identificados como reais nos Xavante.

O elogio ao hibridismo encontrou no racismo científico seu ápice durante a década de 1930, com uma suposta valorização dos grupos e etnias que formaram o país, encontrando em Gilberto Freyre seu maior expoente. De acordo com Skidmore³², ao valorizar os indígenas e os africanos no processo de construção da identidade nacional, Freyre afirmava ser o Brasil um país multirracial, em que as raças que o compuseram – europeia, africana e indígena - seriam igualmente valiosas. Para Skidmore³³, embora se promovesse um pretense “igualitarismo racial”, havia no discurso “[...] o ideal de branqueamento, mostrando de maneira vívida que a elite (primitivamente branca) adquiriu preciosos traços culturais do íntimo contato com o africano (e com o índio, em menor escala)”.

Munanga³⁴ esclarece que o mito da democracia exalta uma ideia de convivência harmoniosa entre todos os indivíduos de todas as camadas sociais e de todos os grupos étnicos nacionais, possibilitando às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedir as comunidades não brancas de perceberem os sutis mecanismos de exclusão das quais são vítimas.

A partir da literatura apresentada é possível compreender como os Xavante se tornaram valorativos ao Estado Nacional, que, para usá-los como símbolo, realçaram habilidades e comportamentos que seria a eles inerentes – como a de que eles seriam corajosos por natureza.

É interessante que os Xavante também se apossaram deste discurso de miscigenação que contribuiu para a construção do país, todavia, colocaram em realce os indígenas no processo. Como me contou um Xavante entrevistado:

a maioria da beleza que os brasileiros tem (...) a diferença que deu na mistura da nação é que as brasileiras são mais bonitas que as dos outros países, sabe, é assim por que veio uma nação atrás da outra e o sangue se misturou. Aqui não veio só português não, veio até japonês, sabe. Aí assim

³¹ Ibidem.

³² SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

³³ Ibidem, p. 211.

³⁴ MUNANGA, Kabengele. *O negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

foi construindo, foi ficando mais bonita a nação brasileira, sabe, mas é assim, o povo indígena que deu essa origem pra ele³⁵.

Cabe um adendo, pois, como pontua Garfield³⁶, mesmo com toda esta glamourização acerca dos indígenas, a maioria dos mato-grossenses tinha opiniões muito negativas sobre estes povos, sem nada do romantismo paternalista expresso por alguns compatriotas metropolitanos. Como afirma Cardoso de Oliveira³⁷, enquanto os homens das grandes cidades têm uma visão romântica e idealizada do indígena, que o vê como o bom selvagem de Rousseau, que nasce puro e é corrompido pela sociedade, os moradores próximos às terras indígenas têm uma perspectiva negativa e depreciativa. Estes normalmente estão inseridos em um contexto de disputa por território, que envolve conflitos econômicos, sociais e culturais. Ademais, nessa linha de raciocínio, Oliveira³⁸ também pontua que as populações que convivem com os índios estão constantemente dominadas política e ideologicamente por uma elite municipal, que tem fortes interesses econômicos que colidem com os índios.

Para ser concretizada, a Marcha para o Oeste foi organizada em diferentes projetos, fundações, expedições etc., como a Fundação Brasil Central (FBC) (criada em 1943), cuja função era conquistar o sertão mato-grossense por meio da sedentarização da população nômade de colonizadores e da atração de novos habitantes.³⁹ Logo, os Xavante eram um empecilho ao sucesso desta empreitada, pois, como esclarece Galvão⁴⁰, esses eram a prova mais clara que nem todos viam em Vargas um guia, nem tampouco viam o Brasil como sua pátria. Assim, dominá-los era imprescindível.

Quanto a este período, Garfield⁴¹ comenta que:

³⁵ Entrevista fornecida pelo Xavante Ari, em Nova Xavantina.

³⁶ GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para Oeste e os índios Xavante (1937-1988)*. Op. cit.

³⁷ CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro; São Paulo: Tempo Brasileiro; Edusp, 1972.

³⁸ OLIVEIRA, João. Muita terra pra pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC, 1995, p. 61-81.

³⁹ SILVA, Aracy Lopes da. Dois séculos e meio de história Xavante. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). *História dos índios no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 357-378.

⁴⁰ GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. A Marcha para o Oeste na experiência da Expedição Roncador-Xingú. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. *Anais eletrônicos [...]* São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares#M>. Acesso em: 30/08/2012.

⁴¹ GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Op. cit.* p. 25-26.

em 1941, um ano após Vargas ter sobrevoado a área dos 'Xavante extremamente ferozes', uma equipe de 'pacificação' do SPI partiu para contactar os índios. Os Xavante não seriam uma audiência fácil de convencer. Em primeiro lugar, eles se autodenominavam A'uwe, que em sua língua Jê significa 'as pessoas'. Outros grupos não poderiam aspirar tal humanidade; o etnocentrismo do governo brasileiro encontrara seu par.

A partir dessas aproximações e com o intuito de realizar tal pacificação, a FBC contou com amplos recursos. Ainda assim, somente no ano de 1946 ocorreram os primeiros contatos não violentos. São desse período as fotografias tiradas de avião em que se mostravam os Xavante nus jogando flechas para cima. Eram imagens de jornais dos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, que logo ganharam o mundo e se estabeleceu a imagem desses indígenas como selvagens nus do interior que mostravam o atraso do país⁴². Nestas reportagens, divulgadas na revista de grande circulação da época – *O Cruzeiro* -, os Xavante eram descritos como “gigantes de bronze”, “demônios vermelhos” e “a última tribo selvagem desconhecida do Brasil”⁴³.

Novamente é possível perceber estereótipos formadores de estigma ao mostrar os Xavante como selvagens nus do interior responsáveis pelo atraso do país, numa escala de civilização evolucionista. Além disso, reportagens como a mostrada acima reforçavam estereótipos ou características que foram incorporadas pelos próprios indígenas como características valorativas, visto que os Xavante se reconhecem como indígenas bravos, guerreiros e corajosos.

O contato pacífico aconteceu apenas no ano de 1946 e, para os Xavante, foram eles que amansaram os brancos, o que se revela importante quando se pensa na maneira como eles lidam com a sociedade envolvente. O sertanista Francisco Meireles, o primeiro manter contato pacífico com estes indígenas, ao se aproximar do chefe Xavante Apoena, recebeu de presente um colar, que foi colocado em seu pescoço com palavras cuja tradução literal seria: “Amanso-te branco!”. Sobre o assunto, um dos indígenas entrevistados⁴⁴: é categórico ao explicar como se deram os contatos iniciais: “Aqui na Xavantina meu pai amansou o branco. Meu pai amansou, por isso eu estou aqui. Eu não quero Campinópolis⁴⁵, não quero Água Boa⁴⁶, eu estou lutando aqui, meu pai chegou primeiro aqui na Xavantina”.

⁴² MAYBURY-LEWIS, Davis. *A sociedade Xavante*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

⁴³ VARJÃO, Valdon. *Aragarças: portal da Marcha para o Oeste*. Brasília: Senado Federal, 1989, p.296-298.

⁴⁴ Entrevista fornecida pelo Xavante Pedro, em Nova Xavantina.

⁴⁵ Cidade localizada a 85 quilômetros de Nova Xavantina.

⁴⁶ Cidade localizada a 73 quilômetros de Nova Xavantina.

Esta informação é importante por que revela toda a cosmologia destes indígenas, tendo reflexos em toda sua relação estabelecida com o branco, em especial, no modo como lidam com as organizações dos brancos criadas para cuidar dos índios, ou seja, atualmente a Fundação Nacional do Índio (Funai), que eles entendem que os pertence. Como afirma Fernandes⁴⁷:

[...] os Xavante parecem ter se apropriado de um papel que lhes foi atribuído historicamente por aqueles com quem foram tendo contato: de guerreiros. Eles representam o papel de zeladores da ordem na Funai, se aproveitando da imagem de aguerridos que têm. Em outras palavras, eles parecem articular sua própria identidade de modo a representar esse papel, conforme fica claro no depoimento do cacique Emílio: foram eles quem fundaram o SPI e a Funai, defendendo “todas as nações indígenas do Brasil.

Também nessa visão de que são guerreiros que lutam pelo que lhes pertence, os indígenas afirmam, ao ouvir que deveriam viver em aldeias, que:

[...] olha, a Xavantina tem nome Xavante, então a Xavantina pertence a mim também, então Xavantina já é habitada pelos índios Xavante que estão morando em Areões. Pronto, eu falo desse jeito, eu falo: Xavantina é minha, é nossa, e vocês vieram de outros estados pra ocupar a nossa terra⁴⁸.

Davis⁴⁹ esclarece que após a pacificação dos Xavante, em 1946, o governo brasileiro prometeu criar reservas indígenas para eles e, por um curto período de tempo, pareceu que esta promessa seria cumprida. Então, em 1950, fazendo justamente o contrário, começa a vender os territórios indígenas, sendo a década de 60 e 70 marcada por conflitos por terra entre indígenas e fazendeiros. Dentro desse contexto, outras formas de protesto foram criadas e, como conta Maybury-Lewis⁵⁰:

Nos anos setenta, ouvíamos os ecos de suas batalhas [dos Xavante] para proteger suas terras e particularmente da luta feroz que os Xavante mantinham contra os fazendeiros invasores. Eles não eram mais os guerreiros nus que tínhamos conhecido. Ainda eram guerreiros, mas eram agora suficientemente experientes para saber que não podiam simplesmente lutar e vencer, e suficientemente sofisticados para saber como apoiar seus objetivos fazendo política na capital do país.

⁴⁷ FERNANDES, Estêvão Rafael. *Entre cosmologias, estratégias e performances: incursões Xavante à Funai*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília. Brasília, 2005, p. 117.

⁴⁸ Entrevista fornecida pelo Xavante Rubem, em Nova Xavantina.

⁴⁹ DAVIS, Shelton. *Victims of the miracle: development and the Indians of the Brazil*. Nova York: Cambridge University, 1977.

⁵⁰ MAYBURY-LEWIS, Davis. *O selvagem e o inocente*. Campinas: UNICAMP, 1990, p. 12.

Autores como Silva⁵¹ e Fernandes⁵² salientam que os Xavante conseguiram armas mais eficientes na defesa de seus interesses, desenvolvidas a partir da cuidadosa e atenta observação dos modos do branco. Eles passaram a utilizar dos muitos mecanismos de pressão existentes na sociedade brasileira, revelando originalidade nas suas formas de reivindicação. Logo, tem início uma fase de reivindicação e denúncias, durante a qual esses indígenas se tornaram frequentadores assíduos de Brasília, buscando pressionar os funcionários do governo.

As invasões aos órgãos governamentais eram chamadas pejorativamente de “xavantada”, ou “xavantaço” e ganhavam ampla cobertura da mídia, que se ancorava nos espaços possíveis para combater a ditadura militar. Sabendo dessa cobertura que recebiam, os indígenas usavam a atenção como “[...] uma forma de corrigir possíveis desvios de rota e mostrar, afinal, quem manda. Eles nos pacificam, eles criam a Funai e os brancos, e eles conversam com os criadores por meio de seus sonhos”⁵³. Vale entender que neste contexto já existia o Estatuto do Índio, promulgado em 1973, que deu força as pautas de luta dos indígenas do Brasil, sendo, no caso dos Xavante, lutas por suas terras e a garantia de seus direitos.

O fato deles se verem como agentes de contato mostra como estes indígenas entendem que todas as ações partem deles, em outros termos, os Xavante escolhem que caminho seguir, o que fazer e quando fazer⁵⁴. E, a fim de mostrar a sociedade envolvente que são eles que traçam suas metas e que é dever da Funai os servir, fazem uso de todos os traços diacríticos e performáticos necessários para terem suas demandas atendidas nas incursões aos órgãos governamentais, reforçando o estereótipo de índios guerreiros do qual se orgulham.

É nesse período, de invasões à sede da Funai, que os Xavante são vistos pelo governo como um obstáculo ao desenvolvimento nacional ao serem caracterizados como inconvenientes aos planos governamentais de ocupação do estado. Essa exclusão é caracterizada sob um modelo de dominação-sujeito, no qual um dos grupos detém: “grande poder de determinação na dinâmica do sistema interétnico por força de seu maior poder bélico e econômico”⁵⁵. Deste modo, não é estranho o grupo que chegou posteriormente à cidade de Nova Xavantina ser denominado mesmo assim de pioneiro.

⁵¹ SILVA, Aracy Lopes da. Dois séculos e meio de história Xavante. *Op. cit.*

⁵² FERNANDES, Estevão Rafael. *Entre cosmologias, estratégias e performances: incursões Xavante à Funai. Op. cit.*

⁵³ *Ibidem*, p., 137.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 54.

Os “destemidos patriotas desbravadores do sertão”, ou os Pioneiros da Marcha para Oeste

Getúlio Vargas assumiu o governo em 1930 e adotou como política a não entrada de imigrantes no país. Com a crise do café ao final da década de 1920, a mão de obra estrangeira não interessava mais e a orientação de migrações internas no país passou a ser: deslocamento de população do Nordeste, assolado pela seca, para as zonas produtivas de São Paulo (nos locais onde houvesse escassez de mão de obra) e para a Amazônia; loteamento dos chamados “imensos vazios do oeste”, que deveriam ser ocupados por migrantes que iriam explorar economicamente a região⁵⁶. Desse modo, o objetivo do governo Vargas era povoar, de forma organizada, os “vazios demográficos” com o excedente de pobres nacionais, principalmente do Nordeste, sendo exemplo disto o projeto nacionalista Marcha para o Oeste⁵⁷.

Criada no ano de 1938, a Marcha para o Oeste foi uma intensa campanha de migração para o interior do país. Neste projeto estava contemplada a criação de colônias agrícolas nos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Paraná e Goiás que estavam “destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas, e excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros”⁵⁸.

Vargas percorreu vários estados do Brasil estimulando as migrações para estes espaços e, nas viagens, afirmava constantemente que “o verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para o Oeste”⁵⁹. Em discurso proferido em Cuiabá, em 1940, o presidente então afirmou que “(...) o programa do ‘Rumo para o Oeste’ é o reatamento da campanha dos construtores de nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura”⁶⁰.

O que a Marcha para o Oeste e seus desdobramentos mostram, em termos de identidade e racismo, é transformação de uma identidade a partir de políticas oficiais. Aqui temos o sofrido e pobre, que é transformado em herói a partir de uma política nacional, implicada em decretos oficiais e discursos nacionalistas realizados pelo próprio presidente

⁵⁶ ESTERCI, Neide. *O mito da democracia no país das Bandeiras*. Op. cit.

⁵⁷ CASTRO, Sueli. Pereira. et. al. *A colonização oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”*. 2 ed. Cuiabá: UFMT, 2002.

⁵⁸ BRASIL. Decreto nº 3.059 de 14 de fevereiro de 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 abr. 2020, p. 1.

⁵⁹ VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil: V. O Estado Novo (10 de dezembro de 1937 a 25 de julho de 1938)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, p. 124.

⁶⁰ ESTERCI, Neide. *O mito da democracia no país das Bandeiras*. Op. cit., p. 17.

e por seus ideólogos. Aos nordestinos foi dada a incumbência de ir a uma região “desabitada e selvagem” transformar aquele espaço e, ao mesmo tempo, se “transformar”.

As políticas oficiais decretadas resultaram na mudança de status perante a sociedade de um grupo específico, isto é, os nordestinos e goianos pobres que se incorporaram a Marcha para o Oeste se transformaram em heróis brasileiros que estavam respondendo a um chamado, servindo à pátria e, muitos anos depois, foram chamados de *Pioneiros da Marcha para o Oeste* em Nova Xavantina.

Refletindo sobre a escolha dos nordestinos para “realizar” a missão de desbravar o Brasil, Lenharo⁶¹ comenta que nos ombros destes foi posta a incumbência de conquistar a Amazônia e incorporá-la ao “todo orgânico” do país. Conforme o autor, o plano de Vargas era prosseguir a ocupação do Acre, que havia sido iniciada por meio da exploração da borracha em anos anteriores. Assim, o passado foi reificado, reinterpretado de maneira a justificar as diretrizes políticas do que ocorria naquele momento. Logo “o nordestino recebe o mandato porque ele é predestinado a essa obra missionária da conquista: seus antepassados já haviam aberto uma trilha que podia se perder. Da fuga da seca o nordestino heroicamente provocara o alargamento do corpo do país”. Lenharo⁶² ainda pontua que a fome, a seca, o sofrimento aos quais os nordestinos sempre foram impingidos deram lugar a dimensão mítica de uma participação que se torna impositiva devido ao curso de uma tradição que transforma a migração e a conquista em uma obrigação patriótica.

Considerando o discurso dos próprios migrantes quanto à escolha de nordestinos para empreender a “saga do sertão” da Marcha para Oeste, um Pioneiro⁶³, questionado sobre a região de origem dos expedicionários, afirmou que esses eram em sua maioria nordestinos, pois:

para aguentar o sertão “tinha que ser muito macho”. (...) paulista era muito pouco, só a turma dos Villas Boas. Tinha mais nordestino, da Bahia, Maranhão, Ceará, Pernambucano, alguns do Goiás. Paulista tinha muito pouco. O cabra pra aguentar o que eu aguentei aí tinha que ser muito macho, se não, não aguenta. Os que vinham da cidade o máximo que aguentavam era quinze dias e já queriam ir embora.

⁶¹ LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste: os anos 30*. 2 ed. Campinas: ed. UNICAMP, 1986, p. 97.

⁶² Ibidem.

⁶³ Entrevista fornecida pelo Pioneiro Sebastião, em Nova Xavantina.

Essa fala revela a apropriação do discurso usado para incentivar a migração. Este colocava os migrantes como corajosos desbravadores do sertão e, para ser herói, tinha que ser “cabra macho”, tinha que aguentar as dificuldades encontradas.

Além da rotulação de cabra-macho, os nordestinos sempre receberam estereótipos físicos e características sociais apontadas como inerentes, como o que afirma que o nordestino tem a cabeça chata, ou ainda que são preguiçosos. Todavia, há também operações no outro polo, como quando Euclides da Cunha afirmou, em 1902, que o sertanejo - se referindo ao nordestino-, é antes de tudo um forte. Pensando no exemplo trazido no texto acerca das políticas oficiais de colonização do governo do Estado Novo, é possível notar que Vargas escolheu reforçar o estereótipo de homem corajoso, afirmando que os migrantes levariam a civilização a um espaço brasileiro desabitado (ignorando, obviamente, que diversos “espaços vazios” já estavam ocupados por indígenas de diferentes etnias).

A atribuição de rotulações vistas como positivas pelos próprios migrantes nordestinos lembra que a identidade é formada a partir das relações internas do grupo, ou seja, dos próprios integrantes, mas também a partir das categorizações que o grupo recebe, tal como afirmou Jenkins⁶⁴. Desse modo, a categorização de homens valentes e corajosos, recebidas pelas políticas oficiais de colonização do governo Vargas, uniu-se a uma auto atribuição de qualidades que veem o nordestino como “cabra-macho”, resultando na identidade desses migrantes.

O presidente Vargas buscava transformar o sertanejo em trabalhador, um modelo a ser seguido nacionalmente, queria construir um modelo novo de brasileiro. Para tanto, traçou uma estratégia político-ideológica de combate à pobreza centrada na promoção do valor do trabalho ⁶⁵. Trabalhar deveria ter uma conotação positiva e o trabalho seria civilizador e não um castigo. Esse homem novo seria reflexo de um povo unido, na construção de si e solidariamente participando da obra de integração ⁶⁶. Nesta conotação dada pelo Estado Novo, o trabalho não seria somente um meio para “ganhar a vida”, mas, sobretudo, uma maneira de “servir à pátria” ⁶⁷.

Ao servir à pátria, os trabalhadores foram submetidos a diferentes situações em que sua coragem era colocada à prova, o que os deixou ainda mais orgulhoso por terem

⁶⁴ JENKINS, Richard. *Rethinking ethnicity: arguments and explorations*. *Op. cit.*

⁶⁵ GOMES, Ângela de Castro. *Ideologia e trabalho no Estado Novo*. *Op. cit.*

⁶⁶ COELHO, George Leonardo Seabra. Cassiano Ricardo: Marcha para Oeste e Martim Cererê um projeto de Estado Autoritário. In: II SEMINÁRIO DE PESQUISA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, 2009, Goiânia. Anais eletrônicos [...]. Disponível em: http://pos-historia.historia.ufg.br/uploads/113/original_IISPHist09_GeorgeLeonaCoelho.pdf. Acesso em: 02 nov. 2011.

⁶⁷ GOMES, Ângela de Castro. *Ideologia e trabalho no Estado Novo*. *Op. cit.*

participado da Marcha para o Oeste. Conta um dos entrevistados, sobre a comida recebida⁶⁸: só davam “aquele jabá velho de 1944, 1942. Às vezes ele estava branco que nem folha de papel. Tinha que cortar com machado pra jogar dentro do feijão. Feijão ruim, estragado, velho, chega fervia”. Muitas vezes, essa comida distribuída aos expedicionários era parte do estoque que havia sobrado dos pracinhas da Segunda Guerra Mundial.

Além da comida, os expedicionários receberam também roupas daquele período, farda completa, botas, chapéus, que vinham algumas vezes, inclusive, furadas de bala. Essa distribuição das fardas dos homens vistos como heróis nacionais que defendiam o Brasil lá fora mostrava aos expedicionários que eles eram os homens que defendiam o Brasil aqui dentro, como dito por Lima Filho⁶⁹. Esta transposição dos heróis nacionais que lutavam fora do país a heróis nacionais que lutavam dentro do país revela a construção, ou melhor, a transformação da identidade de migrantes pobres em heróis do Brasil.

A fim de mostrar a importância dos bandeirantes na história do Brasil com o intuito de transformar os migrantes nordestinos em novos bandeirantes, Cassiano Ricardo escreveu sobre o tema no livro “A marcha para o Oeste”⁷⁰. Ali afirmava que a história do Brasil realmente havia começado com a entrada da primeira bandeira no sertão, cujo fato representou a primeira democracia nascida (por existir, segundo ele, negros e índios no comando das bandeiras) e que a bandeira criou a geografia brasileira e uniu as “raças” do país, além de ter povoado o território nacional. Em Cassiano Ricardo há continuidade da ideia de democracia racial, que destacava o Brasil como um país sem preconceitos raciais, onde todos os grupos tiveram sua importância. Logo, os conflitos raciais foram encobertos a partir do momento em que se via o Brasil como um país com igualdade entre “raças”.

Corroboro Garfield⁷¹ quando o autor explica que tanto Rondon quanto Ricardo, cada um em sua época, entremearam mito e história em suas grandes narrativas para justificar padrões de acumulação de capital, hierarquia e controle social. Ambos desconsideraram ou atenuaram a violência que impregnara a conquista do sertão. Ademais, ignoraram os diferentes padrões de interação entre indígenas e brancos ao longo da história e assim, muitas verdades foram falseadas, pois eram inadequadas à imagem do nobre selvagem, do Estado benevolente e da harmonia social.

⁶⁸ Entrevista fornecida pelo Pioneiro Sebastião, em Nova Xavantina.

⁶⁹ LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *Pioneiros da Marcha para Oeste: memória e identidade na Fronteira do Médio Araguaia*. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília. Brasília, 1998.

⁷⁰ RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social de política do Brasil*. *Op. cit.*

⁷¹ GARFIELD, Seyth. *A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para Oeste e os índios Xavante (1937-1988)*. *Op. cit.*

Sobre a utilização das bandeiras como manipulador ideológico, Esterci⁷² comenta que a Bandeira foi um operador semântico adequado visto que já fazia parte da memória social do brasileiro como um fenômeno meio fabuloso. Logo, o que Cassiano Ricardo fez foi apenas reforçar esse caráter de fábula, de grandiosidade, associando a narrativa da bandeira a herói. Sendo assim “a coragem dos desbravadores do sertão precisava ser revivida pelos futuros Pioneiros do Centro-Oeste, mesmo que esses, em sua maioria, fossem o flagelo da cidade grande e das agruras do Nordeste”⁷³. Dentro desse contexto, esses homens, entre os quais muitos nordestinos e extremamente pobres, migraram. É relevante uma reflexão de Cancelli⁷⁴ sobre o assunto:

À massa nordestina de flagelados, os sem-trabalho, a todos que se encontram desenraizados, o Estado fornece a promessa de uma 'civilização' a ser construída. O vir a ser Eldorado traz consigo a representação que atende aos anseios dos que não possuem lugar e que agora poderão colher o maná.

Cinco anos após sua criação, a Marcha para o Oeste concretizou-se com a Expedição Roncador-Xingu, organizada em 1943 e com a Fundação Brasil Central (FBC), criada no mesmo ano. A Expedição Roncador-Xingu era a parte prática, sendo responsável por abrir picadas e, assim, construir as primeiras estradas da região e a FBC tinha a função de implantar núcleos populacionais nos pontos ideais marcados pela Expedição. Deste modo, o primeiro órgão era a vanguarda do segundo. O lançamento da Expedição foi realizado em São Paulo, com missa solene na Basílica de São Bento. O primeiro grupo de expedicionários chegou ao rio das Mortes, onde Nova Xavantina se localiza, no dia 28 de fevereiro de 1944 e, no dia 24 de maio de 1945, visitaram Nova Xavantina o presidente Getúlio Vargas e diversas outras autoridades, além de representantes da imprensa metropolitana da “Agência Nacional”, “Noite” e “Globo”, entre outros. Os integrantes fizeram, inicialmente, uma visita por todo o acampamento e nesta Vargas proferiu o seguinte discurso:

Deixo aqui o testemunho do meu apreço a estes destemidos patriotas desbravadores do sertão, continuadores dos sertanistas que conquistaram esta região no passado para que os atuais com seus sucessores continuem aqui uma nova civilização⁷⁵.

⁷² ESTERCI, Neide. *O mito da democracia no país das Bandeiras*. Op. cit., p. 19.

⁷³ CANCELLI, Elizabeth. *Estratégia para o flagelo*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1984, p. 1.

⁷⁴ Ibidem, p. 37-38.

⁷⁵ OLIVEIRA, Acary de Passos. *Roncador-Xingu: roteiro de uma expedição*. s. ed. Goiânia, 1976, p. 123.

Posterior a este primeiro grupo, muitos outros migraram. A notícia de trabalho no sertão se espalhou e diversos homens começaram a se alistar nas bases expedicionárias procurando mudar de vida no sertão, tendo contato com os indígenas da região, como os Xavante. Acerca desse contato, os Pioneiros da Marcha para o Oeste reconhecem os Xavante como indígenas bravos que precisavam ser domesticados, domados para que o progresso chegasse. Eles, heróis por excelência, corajosos desbravadores do sertão – como a propaganda disseminava –, seriam os responsáveis por amansar os indígenas. Como me contou um dos trabalhadores da Expedição Roncador Xingu entrevistado⁷⁶: “os índios aqui eram bravos, todos eles eram bravos ainda, andavam pelados”. Pensando nos termos de Jenkins⁷⁷, tem-se aqui uma categorização externa – do Xavante como um indígena bravo – que é respondida como uma definição interna pelos próprios indígenas – de povo guerreiro. Eles usam esse estereótipo de povo bravo a seu favor e o ressignificam, apresentando-se como indígenas aguerridos.

Assim, os Pioneiros da “Marcha para o Oeste” deslocaram-se de seus locais de origem e vieram ao Mato Grosso buscar as terras prometidas, fugindo das condições de subsistência em seu estado de origem, vendo na Expedição Roncador-Xingu a possibilidade de sua reinserção na estrutura social e melhor condição econômica⁷⁸. Dessa maneira, a construção da identidade social da categoria Pioneiro mostrou que as identidades são construídas de modo circunstancial e em constante processo de reconstrução dialógico-dialética⁷⁹. Nesse caso, o processo de mudança envolveu a transformação de migrantes pobres em heróis nacionais. Uma das falas ouvidas revela esse orgulho de ter transformado a região⁸⁰:

A gente sente orgulhoso, você assentou o primeiro tijolo, você viu a cidade crescer. É igualzinho você ver o seu neném crescer. É tão bom. Quem viu essa cidade igual eu vi? Ninguém viu, só os outros Pioneiros, mas os outros não viram.

A fala revela o orgulho de ter participado de um momento específico da história da cidade e circunscreve a identidade pioneira apenas aos que participaram coletivamente daquele período histórico. Com a chegada dos gaúchos ao município e a criação de um

⁷⁶ Entrevista fornecida pelo Pioneiro Carlos, em Nova Xavantina.

⁷⁷ JENKINS, Richard. *Categorization: identity, social process and epistemology*. 2000. Disponível em: <http://csi.sagepub.com/cgi/content/abstract/48/3/7>. Acesso em: 4 abr. 2013.

⁷⁸ FRANÇA, Maria Stela. Campos de. *Xavantes, Pioneiros e Gaúchos: relatos heroicos de uma história de exclusão em Nova Xavantina*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília. Brasília, 2000.

⁷⁹ WOORTMANN, Klaus. A. *Breve contribuição pessoal: discussão sobre a formação de antropólogos*. Série Antropologia. n. 182, Brasília, 1995.

⁸⁰ Entrevista fornecida pelo Pioneiro Carlos, em Nova Xavantina.

Centro de Tradição Gaúcha (CTG), a identidade pioneira precisou ser reforçada e assim nasceu a *Festa do Pioneiro da Marcha para o Oeste*, evento realizado todos os anos desde 1987. A Festa é o momento em que os expedicionários mostram à cidade que apenas a participação coletiva em um momento específico da história município, do qual eles foram protagonistas, permite dizer: “nós sim somos os pioneiros da cidade”. Como explicou Seu Carlos⁸¹ sobre o nascimento do evento: “Nós pensamos assim, gente, nossa história não pode acabar, porque toda cidade tem uma história, e essa história não pode acabar”⁸².

“Vocês são filhos de imigrantes”: a saga do gaúcho para o Mato Grosso

Durante a década de 1970, o governo militar fez uso de políticas de colonização a fim de abafar tensões sociais que começavam a acontecer no sul do país e novamente o espaço escolhido foi a região da Amazônia Legal Brasileira. A ideia de que haveria imensos “vazios demográficos” a serem ocupados foi reutilizada e novamente homens corajosos levariam o progresso à Amazônia.

De acordo com militares, era necessário transferir migrantes para a Amazônia brasileira para mostrar aos países vizinhos, assim como aos Estados Unidos e à Europa, que o local possuía dono. Segundo Ianni⁸³, outros fatores reforçavam a ação dos militares na Amazônia, como a situação do Nordeste, marcado por um solo desgastado e pela concentração de terra na mão de poucos, além da situação do sul do país, com crescimento da população rural, mecanização da agricultura e restrição de acesso à terra.

Com o objetivo de organizar a ocupação da Amazônia Legal Brasileira, diversas ações foram tomadas. Entre elas estavam os decretos que tratavam das políticas oficiais de colonização. Em um deles, o Decreto n.º 59.428 de 27, de outubro de 1966⁸⁴, definia-se colonização como atividade oficial ou particular com o objetivo de dar acesso à propriedade de terra e a promover seu aproveitamento econômico, por meio de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais. O artigo 81 do documento afirmava que o objetivo da colonização particular era complementar e ampliar a ação do Poder Público na política de facilitar o acesso à propriedade rural por meio de empresas organizadas para sua

⁸¹ Entrevista fornecida pelo Pioneiro Carlos, em Nova Xavantina.

⁸² Para uma análise da Festa, ver: OLIVEIRA, Natália Araújo. “Vamos fazer uma festa também, vamos fazer a festa dos Pioneiros”: memória e identidade celebradas e demarcadas na Festa do Pioneiro da Marcha para o Oeste em Nova Xavantina/MT. *Memória em Rede*, Pelotas, v.12, n.22, 69-84, 2020.

⁸³ IANNI, Octávio. *Colonização e contra-reforma agrária*. Petrópolis: Vozes, 1979.

⁸⁴ BRASIL. Decreto n.º 59.428 de 27 de outubro de 1966. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d59428.htm. Acesso em: 28 jun. 2016.

execução. Além disso, anunciava estímulos às empresas de colonização particular que atuariam na região. É sabido que as colonizações particulares se transformaram em um grande negócio econômico, no qual se comprava terra a preço baixo ou direto da União, construía-se uma infraestrutura básica (o que às vezes sequer era feito) e revendia as terras aos colonos por preços bem superiores⁸⁵.

Ainda que o projeto inicial fosse que o próprio governo organizasse as colonizações, em 1973 ele as abandona, reconhecendo como ineficientes e demagógicas, em virtude das dificuldades apresentadas – como a ausência de assistência agrícola e sanitária aos colonos, falta de moradia e de transporte. Assim, passa a dar apoio ostensivo às colonizações particulares, considerando-as ideais para ocupar e desenvolver a Amazônia⁸⁶.

As políticas de colonização da década de 1970, que culminaram com a ida de gaúchos a Nova Xavantina, tal como a análise de outros momentos em que a migração foi incentivada mostram que:

desde que há um excedente de ‘nacionais pobres’ e, portanto, uma situação potencial de ‘tensão social’, então é preciso que o Estado assuma a orientação das correntes migratórias. Essas correntes devem ser encaminhadas tanto para cidades do Sudeste como para as terras públicas do Oeste e da Amazônia que ainda não pertencem aos latifundiários. Em seguida, o Estado organizará o assentamento desses migrantes em núcleos de colonização, sob a responsabilidade de órgãos oficiais ou de empresas ou companhias privadas: serão assentados em pequenas propriedades fundadas no trabalho familiar, e será exigida desses colonos uma ‘boa conduta’. Chegar-se-á, assim, à ‘fixação’ e a ‘estabilidade’ dos colonos no meio rural⁸⁷.

Nova Xavantina foi colonizada inicialmente pela Cooperativa de Colonização 31 de Março (Coopercol), depois pela Colonização e Consultoria Agrária Ltda. (Conagro) e também pela Cooperativa Agropecuária Mista Canarana (Coopercana). Como Ribeiro⁸⁸ pontua, essas colonizadoras se dedicaram a comercialização de terras como uma maneira de distribuição fundiária, isto é, eram ações empresariais na Amazônia.

Entre os motivos que os migrantes sulistas deram para sair de suas cidades estavam principalmente a falta de terra no estado de origem, com famílias numerosas e pouco espaço, o que impossibilitava o crescimento que se almejava. Eles viram, então, a

⁸⁵ FERNÁNDEZ, Antônio João Castrillon. *Do Cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso*. Tese (Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

⁸⁶ SCHAEFER, José Renato. *As migrações rurais e implicações pastoris: um estudo das migrações campo-campo do sul do país em direção ao norte de Mato Grosso*. São Paulo: Loyola, 1985.

⁸⁷ TAVARES DOS SANTOS, José Vicente dos. *Matuchos: exclusão e luta – do sul do país para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 30.

⁸⁸ RIBEIRO, Iselda. Corrêa. *Pioneiros Gaúchos: a colonização do norte mato-grossense*. Santa Maria: Tchê!, 1987.

possibilidade de melhorar de vida e de se tornarem grandes agricultores no Mato Grosso. Essa realidade é encontrada em Nova Xavantina e em outras cidades do estado que receberam migrantes sulistas atraídos pelos projetos de colonização durante a ditadura militar⁸⁹. Conta um dos entrevistados:

Teve aquela época a colonização da Coonagro e incentivou a gente vir, por isso que a gente abandonou tudo que a gente tinha e veio embora. Pesquisadora: Mas o que acontecia lá que vocês resolveram abandonar tudo?

Renato: Que lá nós trabalhávamos tudo no braço, tinha boi que puxava a carroça, tudo, era tudo terra acidentada, e aí teve essa chance e nós viemos pra cá⁹¹.

É importante ressaltar que, afinados com os discursos oficiais que incentivavam a migração, muitos sulistas afirmam que “a gente veio pra cá era novo né, cidade nova aqui a gente veio pra cá pra desenvolver a cidade né”⁹². Sobre esse assunto, o migrante afirmou “se não tivesse saído aqueles projetos isso tudo aqui era mato (...) quem abriu tudo aqui foi nós”. Essa postura se reflete, também, na própria interação entre os gaúchos e os grupos anteriormente estabelecidos na região.

Ainda sobre os discursos que incentivaram a migração, o migrante Gaúcho Amauri⁹³ comentou: “lá na região circulava muito informação e propaganda da colonizadora que trazia os agricultores pra cá pra produzir arroz de sequeiro no Vale do Araguaia”. Outro entrevistado, o gaúcho Vilmar, salienta que ficou sabendo das terras no Mato Grosso pela televisão e rádio e, por fim, Roberto afirma que a propaganda para vir pra região apresentava-a como o

‘El dourado’, um paraíso, quem viesse pra cá era um paraíso, agora levando-se em conta a situação em que viviam esse pequenos agricultores, que a maioria deles são pequenos, era um avanço sair de lá com dez, quinze, vinte hectares, se conseguisse vender lá e comprava aqui duzentos, trezentos era um avanço muito grande e aí ele se tornava um fazendeiro, um grande produtor.

Acerca desta migração de sulistas à região da Amazônia Legal, Guimarães Neto⁹⁴ esclarece que a ideia de progresso, que era difundida pelos jornais e revistas do estado de

⁸⁹ TAVARES DOS SANTOS, José Vicente dos. Matuchos: exclusão e luta – do sul do país para a Amazônia. *Op. cit.*

⁹⁰ ROCHA, Betty Nogueira. “*Em qualquer chão: sempre gaúcho!*”: a multiterritorialidade do migrante “Gaúcho” no Mato Grosso. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2006.

⁹¹ Entrevista fornecida pelo migrante gaúcho Renato, em Nova Xavantina.

⁹² Entrevista fornecida pelo migrante gaúcho Alberto, em Nova Xavantina.

⁹³ Entrevista fornecida pelo migrante gaúcho Amauri, em Nova Xavantina.

⁹⁴ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia*. Revista Projeto História, São Paulo, v. 27, p. 49-69, 2003.

Mato Grosso acerca da ida dos gaúchos ao estado, além de ter um enorme destaque na imprensa de grande circulação no país, mostrava as novas cidades como espaços que promoveriam a ascensão social e a produção da riqueza. Grandes narrativas mitificavam a “saga” dos que haviam partido do sul em direção à Amazônia, e que passavam a ser chamados de colonos, onde teriam descoberto a terra em abundância. Todavia, o progresso técnico e material, mesmo beneficiando apenas uma pequena parcela de moradores-colonos, mostrava uma imagem de desenvolvimento econômico e de triunfo, revelando um modelo “bem-sucedido” de uma colonização. Sobre o assunto, Seluchinesk⁹⁵ afirma que os colonos eram vistos como “heróis que transformariam espaços vazios em locais de civilização e desenvolvimento (...)”.

Conta um dos gaúchos entrevistados⁹⁶:

A chegada dos gaúchos pra cá trouxe muito desenvolvimento para a cidade, aí veio o cultivo da soja, do arroz, na época de 70, 80 se plantava muito arroz aqui, aí que veio soja. Aí com o plantio de soja e arroz e depois começaram com a pecuária. Então, o grande desenvolvimento mesmo da cidade de Xavantina foi na chegada dos gaúchos pra cá que trouxeram o cultivo da agricultura e pecuária.

As colonizadoras utilizavam diferentes canais de comunicação para incentivar a migração e colocavam a novo região como “paraíso terrestre”, no qual haveria “vacas leiteiras, pastagens, estábulos, casas” ⁹⁷. Uma das estratégias utilizadas foi a leitura de cartas em rádios, triadas, que relatavam experiências bem sucedidas de colonos que já haviam migrado. Além disso, o *O Jornal da Terra*, da cidade de Tenente Portela (RS), constantemente divulgava mensagens ideológicas para incentivar a migração, afirmando que o Gaúcho era “filho do imigrante”. Também era veiculado jornal que a data seria um “novo 25 de julho”, data de comemoração do começo da colonização alemã no Brasil. Ali os colonos eram colocados como os heróis que iriam transformar a região e levar o progresso⁹⁸.

A partir das propagandas utilizadas para incentivar a migração é possível notar que as raízes “raciais” dos grupos migrantes foram usadas de maneira a instigá-los, identificando supostas habilidades, comportamento e disposições do grupo que seriam

⁹⁵ SELUCHINESK, Rosane Duarte Rosa. *De heróis a vilões: imagem e auto-imagem dos colonos da Amazônia mato-grossense*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília. Brasília, 2008, p. 4.

⁹⁶ Entrevista fornecida pelo migrante gaúcho Almir, em Nova Xavantina.

⁹⁷ TAVARES DOS SANTOS, José Vicente dos. *Matuchos: exclusão e luta - do sul do país para a Amazônia*. *Op. cit.*, p. 72.

⁹⁸ RIBEIRO, Iselda. Corrêa. *Pioneiros Gaúchos: a colonização do norte mato-grossense*. Santa Maria: Tchê!, 1987.

inerentes e duradouras, indo de uma geração a outra. Nesse sentido, os gaúchos, filhos dos imigrantes italianos e alemães, teriam nascido com um *ethos* de trabalho, eram donos de “espírito pioneiro”, que os diferenciaria de outros grupos.

Traçando paralelos entre a imigração dos alemães e italianos para o sul do país no século XIX e a migração dos sulistas ao Mato Grosso na década de 1970, é possível notar que, durante a primeira, os imigrantes tiveram como símbolo étnico “virtudes” destacadas, tais como o “trabalho alemão”, o “espírito pioneiro”, num discurso etnocêntrico ao qual não faltavam referências “raciais”, principalmente no confronto com o “outro” que estava mais

próximo do colono, naquele caso o brasileiro rural, chamado de caboclo, em sentido pejorativo, denotando suposições de inferioridade étnica⁹⁹. Na colonização sulista rumo ao Mato Grosso tais virtudes de trabalho e espírito pioneiro, associadas à “raça” alemã ou italiana, foram reutilizadas para incentivar a migração. Neste caso o outro, o caboclo, era o expedicionário da Marcha para o Oeste, como contou um dos Gaúchos entrevistados:

com esses [se referindo aos Pioneiros] aí havia uma questão assim, o pessoal que veio do sul (...) eles consideravam o povo daqui preguiçoso, fazia pouco, já existia uma certa discriminação, espécie de preconceito, não assim que influenciasse de ter assim uma inimizade, um confronto por parte deles que moravam aqui. Havia num certo momento um elogio, porque aí eles viram, de uma hora pra outra um grande movimento, que aqui era pacato, era parado, virou nesse movimento de caminhões, de tratores, de máquinas, movimento na cidade, comércio crescendo, influenciando, abrindo, aumentando, então eles elogiavam, né, *o trabalho desses Gaúchos, de Pioneiros, de desbravadores*, que enfrenta os desafios, ao mesmo tempo também criticavam que havia uma certa discriminação, porque aí o pessoal que veio do sul se achava assim na condição do poder, eu posso fazer, vou fazer, dou conta de fazer, essas coisa tudo¹⁰⁰. (grifo meu).

Seyferth¹⁰¹ lembra que os termos que os imigrantes italianos e alemães e seus descendentes utilizavam para se referir aos nativos brasileiros quando chegaram ao Brasil eram “malandros”, “preguiçosos”, “atrasados”, “relaxados”, “descuidados”. A partir da fala do entrevistado acima se nota que os termos pejorativos continuaram, isto é, os caboclos do Mato Grosso também eram “preguiçosos”, “atrasados”, “relaxados”, “descuidados” e só com a chegada dos Gaúchos a região é que a cidade pode se desenvolver. Assim, há a racialização dos caboclos como preguiçosos e dos gaúchos como trabalhadores.

⁹⁹ SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: editora FGV, 1999, p. 199-228.

¹⁰⁰ Entrevista fornecida pelo migrante gaúcho Roberto, em Nova Xavantina.

¹⁰¹ SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). *Anuário Antropológico*, v. 91, p. 31-63, 1991.

A pesquisa mostrou que os Gaúchos incorporaram o discurso de detentores do progresso e símbolos do trabalho. Na discussão sobre o pioneirismo da idade há uma disputa de poder, simbólica, que perpassa valores cultuados na sociedade mato-grossense, isto é, a importância da agricultura, pujante no estado, influencia na ideia do que é importante lembrar na história do município, reconhecendo o progresso como fator de destaque. A fala do entrevistado Cledir reflete neste sentido¹⁰²:

[...] eu acredito que o pessoal tem muito orgulho dos gaúchos, porque, querendo ou não, um dos que alavancaram a cidade na época foram os gaúchos, que vieram pra cá, começaram a plantar e tal.

É interessante entender ainda como o outro grupo, considerado preguiçoso, fala da chegada dos Gaúchos na região e sobre o contato inicial. Assim, um Pioneiro¹⁰³ relatou que no começo “havia uma separação pelo fato dos Gaúchos serem mais desenvolvidos”. Ou seja, a disseminação do estereótipo do caboclo como ser inferiorizado também era disseminado pelos próprios e, como Elias e Scotson¹⁰⁴ explicam, é possível que rótulos que colocam o outro como ser humano de “valor inferior” penetrem na autoimagem do grupo dito “inferior”. Assim, os Pioneiros concordam que os gaúchos eram mais desenvolvidos.

Dentro do contexto de discursos produzidos a partir de políticas públicas para incentivar a migração para a Amazônia Legal Brasileira, é essencial ainda se conhecer enunciados disseminados pelo governo brasileiro sobre os habitantes da então de Vila de Xavantina, os *Pioneiros da Marca para o Oeste*. O acesso a um dos documentos¹⁰⁵ internos do governo federal referente ao projeto de colonização *Xavantina* revela a diferença existente entre o primeiro chamamento para colonizar a região, feito aos homens pobres que vieram desbravar e construir o Centro-Oeste, na década de 1940, do segundo chamamento, realizado já na década de 1970.

O documento é anterior à chegada de gaúchos na região e discursava sobre a necessidade de se colonizar a então Vila de Xavantina. No relatório, a Vila de Xavantina é retratada como um local composto principalmente por funcionários públicos, caracterizados como ociosos, sem iniciativa e dinamismo. Esses moradores, vistos como passivos, não deveriam receber lotes, pois não davam valor ao que tinham, tendo-se como

¹⁰² Entrevista fornecida pelo migrante gaúcho Cledir, em Nova Xavantina.

¹⁰³ Entrevista fornecida pelo Pioneiro Antônio, em Nova Xavantina.

¹⁰⁴ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

¹⁰⁵ OLIVEIRA, Natália Araújo. *Xavante, Pioneiros e Gaúchos: identidade e sociabilidade em Nova Xavantina/MT*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2010.

parâmetro o estado de conservação de suas habitações. Outro item citado refere-se à inadequação quanto à alimentação dos moradores, cujo consumo de legumes, ovos e verduras é apontado como reduzido, comprovando a falta de hábitos daquela população para produzir e consumir tais alimentos¹⁰⁶.

Ainda segundo documento, a Vila Xavantina estaria morta e precisando de pessoas entusiasmadas para assumi-la e dar-lhe vida. O dinamismo ocorreria quando fosse efetuada a abertura da nova parte da cidade e da chegada de novas pessoas¹⁰⁷. Logo, para migrar à Amazônia Legal Brasileira, nordestinos foram chamados de corajosos e valentes, mas, a partir do momento em que sua ocupação não interessava mais, fazia-se necessário substituí-los pelos gaúchos, aclamados como detentores do progresso, que iriam modernizar Mato Grosso.

Voltando a descrição da migração dos gaúchos para Nova Xavantina, esses colonos, que tinham o desejo de abandonar o trabalho manual, a pá, a enxada, o arado puxado a bois e realizar seu sonho de ter terra, trabalhando com máquinas, migraram com a promessa de encontrar a riqueza. As colonizadoras propagavam que os gaúchos levariam o progresso ao Mato Grosso, constituindo uma grande civilização no local da futura terra prometida. Entretanto, a realidade da região era decepcionante, agregando-se a isso a falta de assistência a qual foram submetidos. Esses camponeses serviram apenas para aliviar as tensões sociais em favor da terra que começavam a se manifestar no sul e para enriquecer os colonizadores¹⁰⁸. No entanto, voltar para o sul não se apresentava como alternativa. Os colonos que regressavam eram taxados de preguiçosos, vagabundos, fracos, vadios, mostrando mais uma vez os estereótipos criados a partir de políticas de colonização para o desenvolvimento da Amazônia Legal Brasileira.

Considerações finais

A reflexão acerca dos discursos usados para incentivar a ocupação dos “vazios demográficos” da Amazônia Legal Brasileira mostra a utilização e manipulação do quesito “raça” e de identidade, analisados a partir da ótica de Xavante, Pioneiros (nordestinos e goianos) e Gaúchos em Nova Xavantina, Mato Grosso.

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ FRANÇA, Maria Stela. Campos de. *Xavantes, Pioneiros e Gaúchos: relatos heroicos de uma história de exclusão em Nova Xavantina*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília. Brasília, 2000.

No histórico apresentado foi possível refletir sobre as políticas do governo Vargas, que, ao levar migrantes nordestinos e goianos para ocupar a Amazônia brasileira, fez uso de discursos que enfatizaram características consideradas inatas para que os nordestinos migrassem – como coragem e bravura. Além disso, a identidade de herói nacional seria incorporada pelos que aceitassem tomar parte nessa empreitada civilizatória. Ainda nesse período histórico, se tem os discursos utilizados para definir os Xavante e sua importância frente à identidade nacional. A etnia era descrita como símbolo do verdadeiro índio por ser corajoso e guerreiro – identidade na qual eles se reconhecem e da qual se orgulham.

Ao refletir sobre a ditadura militar e suas políticas de ocupação da região aqui estudada, se vê a essencialização da identidade gaúcha como componente indispensável ao desenvolvimento da Amazônia – apenas estes homens seriam capazes de levar o progresso ao espaço por serem filhos dos imigrantes italianos e alemães.

Contudo, mais do que perceber como essas migrações aconteceram e ainda como os componentes “raça” e identidade foram usados, é importante refletir sobre como e por que os discursos foram criados e apropriados, isto é, é necessário analisar as relações de poder e dominação que os permeiam. Assim, qual era o objetivo de se valorizar as características raciais dos Xavante? É necessário compreender como o Estado Novo tinha o intuito de criar um projeto político que pudesse dominar os Xavante e se apropriar do seu território, era importante domesticá-lo e transformá-lo.

Ainda nessa linha de raciocínio, os migrantes que foram ao Mato Grosso a partir das políticas de colonização do Estado Novo receberam estereótipos de conotação positiva a fim de que essa migração se realizasse. Todavia, a partir do momento que sua presença na região não era mais importante para o Estado, eles foram rotulados de preguiçosos, sem iniciativa e dinamismo. Nesse sentido, o Estado se mostra disseminador de estereótipos quando acredita ser pertinente fazer com que grupos migrem de um espaço a outro. Ainda nessa linha se percebe a migração dos Gaúchos para o Mato Grosso, que foram marcados com o *ethos* de trabalho, vindos de seus avós e pais imigrantes, para transformar a região em um grande produtor agrícola nacional.

Ao discutir o período histórico aqui apontado, o que o predomina é poder do Estado, que cria políticas, as oficializa e executa com o objetivo da expansão da fronteira agropecuária.

Por fim, a reflexão acerca dos discursos apresentados mostra a circularidade discursiva presente nos momentos aqui analisados, mas também em muitos outros da história do Brasil. O discurso sobre preguiça, indolência, atraso se faz presente em várias

regiões do país, como no mito do baiano preguiçoso¹⁰⁹, do caboclo atrasado quando da colonização alemã no Brasil¹¹⁰, do índio indolente (que serviu para justificar o tráfico de africanos), do negro como vagabundo por resistir ao trabalho escravo. Enfim, o ponto é que não se trata de um discurso isolado, relativo apenas ao processo de desenvolvimento/colonização da Amazônia Legal Brasileira, mas sim o uso contínuo de uma fala que associa o outro a uma condição de inferioridade.

Recebido em 06 de abril de 2020

Aceito em 06 de junho de 2020

¹⁰⁹ ZANLORENZI, Elisete. A banalização da preguiça. In: XXII INTERCOM, 1999, Rio de Janeiro. *Anais do XXII INTERCOM*. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/24ee909a564a82ff795016dc2b8165d5.PDF>. Acesso em: 08 jun. 2020.

¹¹⁰ SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). Op. cit.